

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE

JEANINE MAFRA MIGLIORINI
(ORGANIZADORA)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay

Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA

Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 1 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-195-4

DOI 10.22533/at.ed.954202207

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSERVAÇÃO E PATRIMÔNIO INDUSTRIAL: DOIS EXEMPLOS, DUAS REALIDADES	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9542022071	
CAPÍTULO 2	19
METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO NOS FORROS DE ESTUQUE ORNAMENTAIS DO SÉCULO XIX DO RIO DE JANEIRO	
Teresa Cristina Menezes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.9542022072	
CAPÍTULO 3	33
O PATRIMÔNIO MODERNO DE EIXO HISTÓRICO DE SANTO AMARO, SÃO PAULO	
Maria Augusta Justi Pisani	
Luciana Monzillo de Oliveira	
Erika Ciconelli de Figueiredo Risso	
Isabella Silva de Serro Azul	
DOI 10.22533/at.ed.9542022073	
CAPÍTULO 4	49
O BAIRRO DO MORUMBÍ: UM SUBURBIO-JARDIM PAULISTANO E SUA ARQUITETURA MODERNA	
Rafaella Winarski Volpe	
José Geraldo Simões Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9542022074	
CAPÍTULO 5	67
HÁBITOS DE VIVIR Y CONSTRUIR DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS CHIQUITANOS DEL DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ, BOLÍVIA	
Roger Adolfo Hoyos Ramallo	
Miriam Chugar	
DOI 10.22533/at.ed.9542022075	
CAPÍTULO 6	80
RÉQUIEM PARA LA VIVIENDA TRADICIONAL EN LA AMAZONÍA NORTE DE BOLIVIA	
Álvaro Eduardo Balderrama Guzmán	
DOI 10.22533/at.ed.9542022076	
CAPÍTULO 7	101
ARQUITETURA, CINEMA E SOCIEDADE: O CINEMA DE RUA	
Isabella Novais Faria	
DOI 10.22533/at.ed.9542022077	
CAPÍTULO 8	117
REPRESENTAÇÕES DAS CASAS GÊMEAS POR TECNOLOGIAS DE FABRICAÇÃO DIGITAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ACERVO TÁTIL DO ENTORNO DA PRAÇA CEL PEDRO OSÓRIO, PELOTAS	
Lívia Marques Boyle	
Anelize Souza Teixeira	
Eduarda Galho dos Santos	
Igor Corrêa Knorr	
Karine Chalmes Braga	

Adriane Borda Almeida da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9542022078

CAPÍTULO 9 124

A INVESTIGAÇÃO EM ARQUITETURA A PARTIR DE ANÁLISES GRÁFICAS: UM ENSAIO DE REVISÃO SISTEMÁTICA

Sandro Martinez Conceição

Adriane Borda Almeida da Silva

Janice de Freitas Pires

DOI 10.22533/at.ed.9542022079

CAPÍTULO 10 141

A VEGETAÇÃO COMO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS

Bárbara Terra Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.95420220710

CAPÍTULO 11 151

RECREATING THE EARTH: MOVING MOUNTAINS AND IMAGINED TOPOGRAPHIES IN CONTEMPORARY ARCHITECTURE

Catarina Vitorino

DOI 10.22533/at.ed.95420220711

CAPÍTULO 12 160

A APLICAÇÃO DO BAMBU NA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA E O RESGATE DO VERNACULAR

Beatriz Emi Ueda

Celia Regina Moretti Meirelles

DOI 10.22533/at.ed.95420220712

CAPÍTULO 13 174

ARQUITETURA SUSTENTÁVEL: UMA INTEGRAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE, PROJETO E PROCESSO CRIATIVO EM UMA EXPERIÊNCIA DE PESQUISA E EXTENSÃO NO IFPB – CAMPUS PATOS

João Paulo da Silva

Marcos Michael Gonçalves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.95420220713

CAPÍTULO 14 188

CERTIFICADO DE EFICIENCIA ENERGÉTICA INTEGRAL DE EDIFICIOS EN ETAPA POST-OCUPACIÓN. EL USUARIO-HABITANTE COMO DIMENSIÓN DE ANÁLISIS

Alción Alonso Frank

DOI 10.22533/at.ed.95420220714

CAPÍTULO 15 204

PROJETO ARQUITETÔNICO PASSIVO COMO ESTRATÉGIA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÃO COMERCIAL

Marcos Vinícius de Lima

Thaísa Leal da Silva

Lauro André Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.95420220715

CAPÍTULO 16 216

CERTIFICAÇÕES EDIFÍCIO ENERGIA ZERO NO BRASIL

Pamella Kahn

DOI 10.22533/at.ed.95420220716

CAPÍTULO 17	228
SUSTENTABILIDADE E QUALIDADE AMBIENTAL DE PROJETOS CORPORATIVOS EM FORTALEZA-CE	
Adriana Castelo Branco Ponte de Araujo	
Cibele de Oliveira Parreiras Gomes	
Roberta Aguiar Tomaz	
DOI 10.22533/at.ed.95420220717	
CAPÍTULO 18	243
DESMISTIFICANDO O <i>CO-LIVING</i> : UMA NOVA FORMA DE ENTENDER A HABITAÇÃO	
João Ricardo Freire de Moraes Machado	
Maisa Fernandes Dutra Veloso	
DOI 10.22533/at.ed.95420220718	
CAPÍTULO 19	255
ANÁLISE FORMAL E PERCEPTIVA DE ELEMENTOS VAZADOS PARA ILUMINAÇÃO NATURAL	
Laralys Monteiro	
Wilson Flório	
DOI 10.22533/at.ed.95420220719	
SOBRE A ORGANIZADORA	272
ÍNDICE REMISSIVO	273

A VEGETAÇÃO COMO SUPORTE PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL EM ABRIGOS INSTITUCIONAIS

Data de aceite: 05/07/2020

Data de submissão: 04/06/2020

Bárbara Terra Queiroz

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Colatina – Espírito Santo

<http://lattes.cnpq.br/0632583403258795>

RESUMO: Atualmente no Brasil, cerca de 47 mil de crianças e adolescentes encontram-se afastadas de seu convívio familiar e inseridas em instituições de acolhimento, antigamente denominadas orfanatos. A infância e a adolescência são importantes períodos de desenvolvimento e de construção do sujeito, em que não só a qualidade dos cuidados afetivos são essenciais para o crescimento e amadurecimento sadio, como também o ambiente habitacional, visto que este além de ser um fator estimulante está relacionado a sensações de acolhimento, bem-estar e segurança, essenciais ao desenvolvimento sadio da psique humana. Em relação ao espaço de moradia, deve-se ponderar sobre a questão da vegetação já que o contato com elementos naturais é muito benéfico para o ser humano e a exposição ao espaço verde tem sido associada a

uma melhor saúde física e mental. Além disso, a vegetação tem potencial de servir como suporte para crianças na obtenção do conhecimento. Este artigo tem como objetivo refletir sobre a atual estrutura física dos Abrigos Institucionais e como a inserção da vegetação pode auxiliar no desenvolvimento infantil e justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos ambientes destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar. A presente pesquisa foi realizada a partir de uma investigação qualitativa, de caráter empírico, com método hipotético-dedutivo, mediante estudo bibliográfico e análise crítica dos padrões existentes sobre os aspectos arquitetônicos dos abrigos.

PALAVRAS-CHAVE: Abrigo Institucional; Desenvolvimento cognitivo; Desenvolvimento infantil; Infância; Vegetação;

VEGETATION AS A SUPPORT FOR CHILD DEVELOPMENT IN INSTITUTIONAL SHELTERS

ABSTRACT: Currently in Brazil, about 30 thousand children and adolescents are removed from their family life and inserted in foster care institutions, formerly called orphanages. Childhood and adolescence are

important periods of development and construction of the subject, in which not only the quality of affective care is essential for healthy growth and maturation, but also the housing environment, since this besides being a stimulating factor is related to feelings of welcome, well-being and security, essential to the healthy development of the human psyche. In relation to the living space, consideration should be given to the issue of vegetation, since contact with natural elements is very beneficial for humans and exposure to green space has been associated with better physical and mental health. In addition, vegetation has the potential to serve as a support for children in obtaining knowledge. This article aims to reflect on the current physical structure of Institutional Shelters and how the insertion of vegetation can assist in child development and is justified by the need to improve the environments for the reception of children and adolescents away from family life. The present research was carried out from a qualitative investigation, of an empirical character, with hypothetical-deductive method, through bibliographic study and critical analysis of the existing standards on the architectural aspects of the shelters.

KEYWORDS: Institutional shelter; Cognitive development; Child development; Childhood; Vegetation;

1 | INTRODUÇÃO

A infância e a adolescência são importantes períodos de desenvolvimento e de construção do sujeito. A qualidade dos cuidados nessa época, nos aspectos físico e afetivo-social, proporcionam o crescimento e amadurecimento sadio. Contudo, além das relações sócio afetivas, é de elevada importância para o desenvolvimento o ambiente habitacional em razão de seu potencial de estimular aos moradores e promover nestes sensações de acolhimento, bem-estar e segurança.

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a atual estrutura física das instituições de acolhimento, antigamente denominados orfanatos, e sobre como a inclusão da vegetação nestes espaços podem auxiliar beneficemente no desenvolvimento cognitivo¹ infantil. Embora existam diferentes tipos de serviços de acolhimento, o recorte deste trabalho encontra-se apenas nos Abrigos Institucionais e contempla apenas as idades de 0 a 7 anos.

A presente pesquisa foi realizada a partir de uma investigação qualitativa, de caráter empírica, mediante análise bibliográfica interdisciplinar, e foi desenvolvida através de análise crítica da infraestrutura mínima exigida para as edificações de abrigo institucional, usando de método hipotético dedutivo.

Acredita-se que esta análise pode fornecer informações pertinentes para uma possível reavaliação dos critérios existentes para abrigos, e conseqüentemente, impulsionar a

¹ Conjunto de habilidades cerebrais/mentais necessárias para a obtenção de conhecimento sobre o mundo. Tais habilidades envolvem pensamento, raciocínio, abstração, linguagem, memória, atenção, criatividade, capacidade de resolução de problemas, entre outras funções.

inserção de novos parâmetros.

Mais de 47.000 crianças e adolescentes² no Brasil encontram-se afastados de seu convívio familiar e inseridos em instituições de acolhimento³ (NEVES; ANGELO, 2017). Dentre os inúmeros motivos que levam ao encaminhamento destes vulneráveis indivíduos aos serviços de acolhimento, mediante a ordem judicial, destacam-se como as principais causas: a negligência dos pais e/ou responsáveis; a dependência química; o abuso sexual; a violência doméstica; entre outros (CNMP, 2013).

A história da política de atendimento de crianças e adolescentes em situação de negligência, no Brasil e no mundo, vem sofrendo diversas transformações no decorrer dos anos. A implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proporcionou um avanço significativo no estabelecimento de direitos e deveres relacionados a criança e ao adolescente, assim como também no encaminhamento para o serviço de acolhimento, que passou a ser configurado como ação protetiva, de cunho excepcional e provisório que visa à reintegração familiar e a inserção na sociedade (ECA, Art.101).

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), objetivando estabelecer padronização e definir parâmetros referentes ao acolhimento institucional, instituíram regulamentações que visam resguardar os serviços oferecidos nas instituições de acolhimento, assim como também as questões referentes às condições de infraestrutura disponibilizadas.

Embora as crianças e adolescentes sejam respaldadas por diversos textos normativos, muitas instituições não apresentam uma estrutura adequada quando analisados seus aspectos arquitetônicos. Isto ocorre em detrimento da necessidade acelerada de se obter uma edificação para tais finalidades, passando por um processo rápido de adaptação da estrutura existente e, conseqüentemente, proporcionando espaços inadequados e/ou com péssimas condições de uso e conforto.

No que se refere aos aspectos físicos, um espaço em que as necessidades infantis são atendidas adequadamente, as crianças têm a oportunidade de realizar diferentes atividades e brincadeiras. A inserção da vegetação nesses espaços contribui para a criação de um ambiente estimulante e desafiador, o que possibilitaria o desenvolvimento de habilidades, criatividade e aprendizado, além de possuir ação colaborativa, agregando valores estéticos, melhorando a qualidade do local, suas condições de conforto e contribuindo como ferramenta de apoio no trabalho de educação ambiental (FEDRIZZI, 2004).

Deste modo, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos ambientes destinados ao acolhimento de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, de modo a considerar a inserção da vegetação como um fator benéfico

2 Considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

3 Serviços que acolhem crianças e adolescentes que se encontram sob medida protetiva de abrigo (Art. 101, ECA), ou seja, em situação de abandono ou afastados do convívio familiar pela autoridade competente.

nestes espaços, contribuindo para o conforto e bem-estar necessário para um saudável desenvolvimento. Além disso, tal temática constitui-se de um assunto pouco difundido, com poucas referências sobre o assunto, mas envolve um problema social que atinge inúmeras crianças e adolescente e por isso deve ser difundido.

2 | ABRIGO INSTITUCIONAL E A ARQUITETURA DA VULNERABILIDADE

De acordo com Marcílio (1998), a prática do abandono infantil foi introduzida na América pelos europeus, na época da colonização. No entanto, foi apenas a partir da Constituição de 1988, com a promulgação do ECA (1990), que as crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direitos.

Com o estabelecimento do ECA as instituições, anteriormente conhecidas como orfanatos, casa dos expostos, asilos, educandários ou colégios internos, passaram a ser denominadas abrigos. Estes locais de acolhimento, caracterizam-se por receber crianças e adolescentes com distintos e múltiplos problemas sociais, variando desde a orfandade até o afastamento do convívio familiar devido a decisões judiciais.

Conforme o CONANDA e CNAS (2009), quando constatado a necessidade do encaminhamento para o abrigo, este pode ser ofertado em diferentes serviços de acolhimento disponíveis: Abrigos Institucionais; Casas-Lares; Famílias Acolhedoras; e Repúblicas. Neste trabalho analisaremos apenas os Abrigos Institucionais.

Os Abrigos Institucionais são locais que oferecem acolhimento provisório a crianças e adolescentes de 0 a 18 anos afastados de seu convívio familiar por meio de medidas protetivas. A edificação deve conter infraestrutura adequada para receber vinte crianças e estar inserida em uma área residencial, na qual seja possível estabelecer vínculos com a comunidade e fazer utilização de equipamentos e serviços públicos disponíveis no local (CONANDA; CNAS, 2009).

O abrigo deve estar localizado em área residencial, próximo a equipamentos urbanos e com abastecimento de transporte público. A edificação não deve se diferenciar das demais habitações do entorno, mantendo um padrão arquitetônico semelhante a uma residência convencional, não devendo conter placas ou qualquer outro elemento que caracterizem a natureza institucional do equipamento (CONANDA; CNAS, 2009).

Almejando a padronização dos espaços, no documento de orientações técnicas são definidos os ambientes e as áreas mínimas sugeridas para as edificações. No entanto, estas informações são disponibilizadas visando apenas o atendimento das necessidades de infraestrutura básicas, partindo de um critério assistencialista, desconsiderando análises subjetivas e qualitativas do local.

Sendo assim, a construção do espaço caracteriza-se através de um ambiente comum, sem a preocupação do atendimento voltado para uma determinada especificidade, evidenciando a negligência de aspectos importantes, como a interação e sensação

produzidas através da relação ambiente-usuário.

Embora o documento de orientações técnicas disponibilize toda infraestrutura mínima exigida nos abrigos institucionais, aqui será analisada apenas a área externa, uma vez que esse é o ambiente com maior potencial para a inserção de vegetação. No entanto, percebe-se através da **tabela 1** que a vegetação é um elemento ignorado, não sendo abordado em nenhum aspecto.

Área externa (Varanda, quintal, jardim,etc)	<ul style="list-style-type: none">• Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários, tais como piscinas, saunas, dentre outros, de forma a não dificultar a reintegração familiar dos mesmos.• Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura, proporcionando um maior convívio comunitário e incentivando a socialização dos usuários.• Os abrigos que já tiverem em sua infraestrutura espaços como quadra poliesportiva, piscinas, praças, etc, deverão, gradativamente, possibilitar o uso dos mesmos também pelas crianças e adolescentes da comunidade local, de modo a favorecer o convívio comunitário, observando-se, nesses casos, a preservação da privacidade e da segurança do espaço de moradia do abrigo.
--	--

Tabela 1: Trecho da tabela 4.1.5 retirada do documento: “Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”

Fonte: CONANDA; CNAS, 2009

A presente tabela quando analisada apresenta apenas recomendações de utilização do espaço, assim como também o incentivo ao uso de áreas públicas e a inserção comunitária. Tais recomendações partem de critérios estabelecidos em preocupações de cunho social, deixando de instituir aspectos que visam a qualidade do espaço, bem como a inserção de mecanismos de suporte para o desenvolvimento infantil nos aspectos pedagógicos e o estabelecimento do contato com a natureza. Em suma, as informações apresentadas na tabela desprezam condições relevantes, uma vez que estão regulamentando espaços utilizados por crianças em fase de construção do conhecimento.

3 | DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTIL

O ser humano desde o seu nascimento percorre um processo de construção progressiva do desenvolvimento de condutas, transitando pela adolescência e atingindo a fase adulta (PIAGET E INHELDER, 1999). Embora os indivíduos adquiram conhecimento sobre o mundo ao longo da vida, é na infância onde ocorre o desenvolvimento das primeiras habilidades relacionadas à capacidade de pensar e compreender, sendo essa etapa caracterizada pelo início da obtenção do conhecimento.

O desenvolvimento infantil considerado de qualidade está associado aos diversos e diferentes estímulos e cuidados proporcionados as crianças ao longo do seu crescimento. A qualidade destes cuidados, nos aspectos físico e afetivo-social, provém de condições estáveis de vida (RAPPAPORT, 1981).

No aspecto físico, um ambiente rico em estimulação irá proporcionar objetos que possam ser manipulados pela criança, lugares que possam ser explorados, oportunidades de observação de fenômenos da natureza, etc. No plano social o ambiente será rico de estimulação quando reforçar e valorizar a aquisição de competência da criança em muitos e muitos aspectos (RAPPAPORT, 1981, p. 56).

Segundo Rappaport (1981), Piaget⁴ observou que existem diferentes formas de interagir com o ambiente nas diferentes faixas etárias, e, que em cada etapa ocorre o desenvolvimento gradual da criança, possuindo variáveis entre diferentes indivíduos devido as características da estrutura biológica e a riqueza de estímulos produzidos no meio onde está inserido.

Assim como o ambiente físico é importante para o desenvolvimento infantil, a dimensão afetiva contribui no processo de ensino e aprendizagem, Almeida (1993, p. 31) aponta que:

[...] a afetividade, que se expressa na relação vincular entre aquele que ensina e aprende, constitui elemento inseparável e irreduzível das estruturas da inteligência [...] não há ato de ensinar-aprender sem a mediação concreta de sujeitos humanos, não havendo, relação ensino-aprendizagem sem que haja atuação indissociável entre inteligência, afetividade e desejo.

Rodrigues (2013) reforça a importância da relação entre o papel desempenhado pelos educadores infantis e o lugar em que o indivíduo se encontra inserido no que se refere ao desenvolvimento sócio-afetivo da criança, uma vez que essa interação não depende apenas de aspectos orgânicos que precisam ser conservados, mas, principalmente, da qualidade das relações constituídas com o meio natural e social. A autora ainda argumenta que “é a qualidade destas relações que possibilitará o desenvolvimento dos recursos físicos e capacidades simbólicas que possibilitarão a interação da criança junto à natureza, objetos da cultura e à vida social.” (RODRIGUES, 2013, p.188)

Logo, é importante que os ambientes que contribuem com desenvolvimento infantil, como o abrigo institucional, apresentem espaços e materiais adequados para o processo evolutivo sadio, assim como também, a presença de pessoas capacitadas que auxiliem na manutenção de estímulos direcionados as crianças diariamente.

4 | VEGETAÇÃO COMO SUPORTE

O contato com elementos naturais é muito importante para o ser humano. A exposição

4 Jean Piaget (1896-1980), renomado pesquisador suíço que se aprofundou em compreender o desenvolvimento do ser humano ao longo de sua vida, contribuindo com conhecimentos em diferentes campos, como, Biologia, Psicologia, Filosofia, Pedagogia entre outros.

ao espaço verde tem sido associada a uma melhor saúde física e mental. De acordo com Dadvand et al. (2015) a presença da vegetação em espaços livres e de aprendizagem desempenham um papel fundamental e insubstituível no desenvolvimento cognitivo infantil.

Segundo Fedrizzi (2004) a vegetação quando inserida de forma planejada nos espaços possui ação colaborativa, agregando valores estéticos, melhorando a qualidade do local, suas condições de conforto e contribuindo como ferramenta de apoio no trabalho de educação ambiental.

Em um espaço que as necessidades infantis são atendidas adequadamente, as crianças têm a oportunidade de realizar diferentes atividades e brincadeiras, isso é proporcionado através da inserção de ambiente estimulante e desafiador, que possibilita o desenvolvimento de habilidades, criatividade e aprendizado. Ruivo (2008) argumenta que a vegetação quando presente nestes espaços fornece suporte nas brincadeiras realizadas e auxilia no aprendizado através da diversidade de atividades que podem ser desenvolvidas tanto na educação formal quanto na informal.

Nesse contexto, a presença da vegetação e da natureza é benéfica no sistema educacional (FEDRIZZI, 2004), essa inserção proporciona o contato e a visualização de assuntos abordados dentro de sala de aula, além de lembrar os indivíduos que eles fazem parte de um ecossistema muito delicado. Tuan (1983) argumenta que através do plantio, do acompanhamento do crescimento do vegetal e de sua colheita, a criança pode compreender o processo de desenvolvimento da natureza, se identificar como parte dela e questionar sua própria participação ecológica.

A vegetação quando incluída no espaço infantil disponibiliza possibilidades de brincadeiras, estimulando a atividade lúdica e a criatividade, além de incentivar as trocas sociais. Nesse sentido, os ambientes naturais parecem melhorar a função cognitiva e ajudar a diminuir os efeitos negativos dos eventos de estresse (WELLS, 2000). Além disso, Arruda de Oliveira e Gonçalves (2015, p.102) defendem que:

Uma criança que tem a oportunidade de estar inserida em um espaço que lhe proporcione o desenvolvimento da criatividade terá mais chance de ser um adulto sem “medo” de se expressar em público, porque o lúdico permitirá uma maior interação com o social.

Embora ainda com uma capacidade inferior de se expressar quando comparado aos adultos, as crianças conseguem perceber e valorizar a presença da vegetação no seu cotidiano, inserindo-a conforme suas necessidades e pretensões momentâneas. Tal percepção é mais bem compreendida através da pesquisa executada por Titman (1994), onde é realizada uma análise do entendimento de diferentes elementos vegetais (Figura 1) através do olhar infantil.

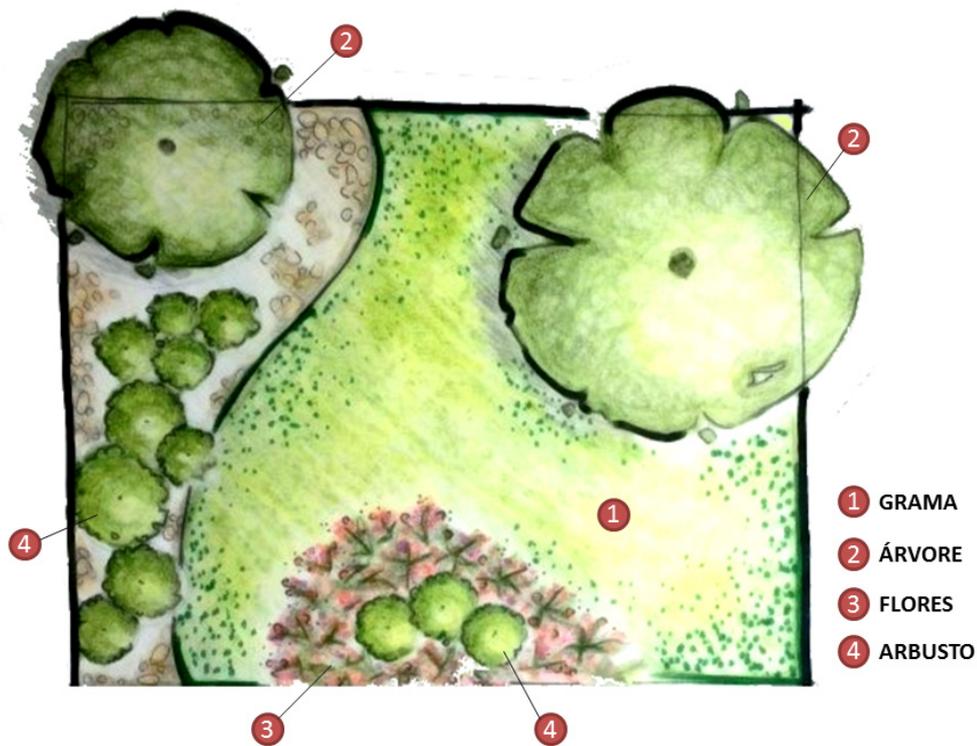


Figura 1: Jardim composto por diferentes elementos vegetais

Fonte: Elaborado pelo autor (2016).

Segundo a autora, as crianças reconhecem a grama (1) como um espaço macio e adequado para o desenvolvimento de brincadeiras e outras atividades, diferentemente dos pisos pavimentados, que foram considerados desagradáveis devido a sua rigidez. Para as crianças a grama serve para sentar, deitar e rolar, de modo que possa ser sentida e não apenas observada.

As árvores (2), segundo as crianças, são vistas como um elemento propício para escaladas. Titman (1994) consta que a atração em subir em árvores esta associado ao desafio que essa ação proporciona, sendo considerada uma atividade muito mais interessante do que utilizar-se de brinquedos de escalada. As crianças também associam as árvores como elementos fornecedores de sombra e abrigo, além de apreciarem as mudanças de cores e forma ao longo do ano, induzindo uma fonte constante de estímulos.

Em relação as flores (3) a autora constatou que elas estão associadas a valores estéticos. O contato com as flores proporciona as crianças estímulos e sensações, quando envolvidas no plantio e cuidado, o sentimento de orgulho e propriedade é estabelecido como símbolo de sua relação com o espaço. Diferentemente das flores, os arbustos (4) possuem pouco valor estético para as crianças, porém são bastante valorizados como locais de esconderijos nas brincadeiras.

Ainda no que diz respeito a presença da vegetação nos espaços, outro benefício a ser considerado está relacionado ao conforto térmico gerado, que pode ser reconhecido tanto pelos usuários presentes no local, quanto do entorno imediato. A vegetação pode

contribuir beneficentemente nas edificações, otimizando as condições de conforto interno, principalmente em períodos de alta temperatura (FEDRIZZI, 2004).

Em suma, a vegetação é muito importante para o desenvolvimento infantil, sendo a existência e criação de áreas verdes fundamentais para o processo. Dadvand et al. (2015) comprova tal afirmação através de uma pesquisa realizada com diferentes crianças em um período de doze meses, em que confirmou que a exposição ao verde em torno das áreas de aprendizado tem sido associada a uma melhor capacidade mental de manipular e de atualizar informações com facilidade, além de proporcionar uma maior capacidade de memória e uma desatenção reduzida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A qualidade física de uma edificação e os cuidados afetivos disponibilizados as crianças em fase de crescimento possui fundamental importância na obtenção do conhecimento. A vegetação quando associada corretamente ao ambiente de uso infantil proporciona condições favoráveis para o desenvolvimento cognitivo.

Deste modo, visando os benefícios da vegetação para o desenvolvimento infantil conclui-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos parâmetros instituídos pelo CNAS e o CONANDA para os abrigos institucionais, partindo não apenas de critérios físicos, mas também sendo estabelecidos critérios qualitativos de modo a assegurar o acolhimento, conforto e bem-estar das crianças, garantindo seu saudável desenvolvimento.

A vegetação nas instituições de acolhimento deve ser inserida de maneira colaborativa, visando não somente a melhoria do espaço, mas sendo mecanismo de suporte para o aperfeiçoamento de habilidades que envolvem pensamento, raciocínio, abstração, linguagem, memória, atenção, criatividade, entre outros aspectos.

Cabe salientar a importância da existência de áreas externas para a implantação de jardins, independente das dimensões do local, a inserção de espaços naturais, por menor que sejam, contribui para que a criança tenha contato com a natureza e conseqüentemente seja favorecida com seus benefícios.

Sendo assim, pode-se afirmar através deste trabalho que um ambiente com instalações adequadas juntamente com condições psicológicas favoráveis proporciona o crescimento e amadurecimento sadio, e que a flora tem um importante papel neste processo, sendo imperativo a revisão das normas técnicas relativas as instituições de acolhimento de crianças afastadas do convívio familiar para agregar previsões quanto à vegetação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. F. C. de. **O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar-aprender**. Temas de Psicologia. n. 1, p. 31-44, 1993.

ARRUDA DE OLIVEIRA, Neide Aparecida; GONÇALVES, Meire Cristina Vaccari. **A importância do brincar na Educação Infantil**. Educação, Cultura e Comunicação, v. 6, n. 11, 2015.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. Lei Federal 8.069/1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>

CONANDA; CNAS. **Orientações técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes**. Brasília, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). **Relatório da Infância e Juventude – Resolução nº 71/2011: Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2013. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>.

DADVAND, Payam et al. **Green spaces and cognitive development in primary schoolchildren**. Proceedings of the National Academy of Sciences, v. 112, n. 26, p. 7937-7942, 2015.

FEDRIZZI, B.; TOMASINI, S. L.; CARDOSO, L. M. **Percepção da vegetação no pátio escolar**. In: X Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. São Paulo, Anais... 2004.

MARCÍLIO, M.L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

NEVES, Maria Laura; ANGELO, Lu. **Toda Forma de Amor**. Marie Claire Brasil, São Paulo, n 314, p. 72-81, maio 2017.

PIAGET, Jean; INHELDER, Bärbel. **A psicologia da criança**. 16ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner Rocha; DAVIS, Claudia. **Psicologia do Desenvolvimento**. Teorias do desenvolvimento. Vol. 1. São Paulo: EPU, 1981.

RODRIGUES, Sílvia Adriana. **Reflexões sobre a organização de práticas educativas no contexto da educação infantil**. Nuances: estudos sobre Educação, v. 24, n. 1, p. 183-199. São Paulo: Presidente Prudente, 2013.

RUIVO, Katia Regina. **Percepção de espaços abertos de duas escolas públicas após a aplicação de método de design participativo**. Dissertação (Mestrado), UFRGS. 2008.

TITMAN, W. **Special Places; Special People. The hidden curriculum of school grounds**. Dorking - UK, 1994.

TUAN, Yi-fu. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

Wells, N. M. **At home with nature: Effects of “greenness” on children’s cognitive functioning**. Environment & Behavior, 32, p. 775-795, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abrigo Institucional 141, 142, 144, 146

Amazonia 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 99

Análise Gráfica 124, 127, 128, 139, 140

Arqueologia Industrial 1, 7, 8, 9, 10, 11

Arquitetura 10, 19, 24, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 57, 60, 62, 63, 66, 101, 104, 106, 108, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 144, 151, 152, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 180, 186, 187, 204, 205, 206, 207, 213, 214, 215, 216, 218, 223, 224, 225, 228, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 253, 254, 256, 258, 268, 270, 271, 272

Arquitetura Contemporânea 151, 152, 160, 162, 172, 271

Arquitetura Moderna 33, 37, 38, 39, 40, 41, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 57, 66, 108, 137

Arquitetura Passiva 204, 205, 206, 207, 213, 214

Arquitetura Sustentável 174, 177, 180, 186, 187, 215, 225, 228, 241, 242, 271

Arquitetura Vernacular 160, 161, 162, 163, 164, 166, 172, 173

B

Bairro-Jardim 49, 59

Bambu 160, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173

Bioconstruções 174, 175, 177

C

Certificação 165, 213, 216, 219, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 229, 230, 231, 232, 235, 236, 239, 240, 241

Cinema 58, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 176

Co-Living 243, 244, 245, 246, 247, 248, 251, 253, 254

Conservação 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 32, 39, 43, 111, 112, 160, 180, 205, 206, 209, 215

Construções Alternativas 174, 175

D

Desenvolvimento Cognitivo 141, 142, 147, 149

E

Edificação Comercial 204, 205

Eficiência Ambiental 174, 175

Eficiência Energética 174, 180, 181, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 226, 238, 239

Elementos Vazados 209, 255, 256, 257, 258, 262, 268, 270, 271

Espaços Compartilhados 243, 248, 249

Estuque 19, 20, 21, 23, 24, 26, 29, 32

G

Geração de Energia Renovável 216, 218, 220, 224, 225

I

Iluminação Natural 164, 174, 180, 182, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 218, 222, 224, 231, 236, 255, 256, 257, 259, 270

Inclusão Cultural 117, 119

Investigação em Arquitetura 124

M

Modelagem Paramétrica 126, 255, 256, 258, 259, 267, 270

Modelos Táteis 117, 123

N

Nível de Eficiência Del Usuario-Habitante 188

P

Patrimônio Cultural 1, 2, 3, 6, 7, 8, 15, 16, 17, 33, 35, 53, 163

Patrimônio Industrial 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 18

Processo de Projeto 124, 133, 134, 135, 137, 140, 177, 207, 236

Projeto Arquitetônico 162, 166, 173, 174, 177, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 204, 205, 207, 208, 214, 243, 251

Projeto Corporativo 228

Pueblos Indígenas 67, 69, 72, 74, 78, 80, 83, 89, 99, 100

Q

Qualidade Ambiental 228, 229, 231, 232, 235, 237, 240, 241, 253

R

Restauração 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18

S

Sustentabilidade 162, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 180, 183, 184, 186, 187, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 253

T

Técnica Construtiva 160

V

Vegetação 59, 60, 62, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 163

Vivienda Tradicional 80, 81, 93, 94, 97, 98

Z

Zero Energia 216, 218

**ARQUITETURA E
URBANISMO:
ABORDAGEM
ABRANGENTE E
POLIVALENTE**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 